

Questões identitárias e estéticas a partir do uso dos turbantes por mulheres negras ativistas em Fortaleza, Ceará¹

Yasmin dos Santos Djalo

PPGA - UFC/UNILAB

Resumo

Partindo da hipótese de que a roupa produz uma linguagem não-verbal e é um fator influenciador na identificação do sujeito, para além da função de cobrir o corpo, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do turbante a partir do olhar de mulheres negras ativistas em Fortaleza, Ceará, mostrando qual relação essa peça do vestuário tem com a experiência da negritude no contexto brasileiro. Os objetivos específicos são: a) explorar quais as consequências do colonialismo e racismo para a formação identitária dessas mulheres; b) traçar as relações entre: poder, identidade e estética na ótica do feminismo negro; e c) investigar a trajetória de elementos identitários de origem africana presentes nas vestimentas, em especial o turbante. **Palavras-chave:** negritude; turbantes; identidade.

Abstract

Based on the hypothesis that clothing produces a non-verbal language and is an influential factor in the identification of the subject, in addition to its function of covering the body, this paper aims to analyze the turban from the perspective of black women activists in Fortaleza, Ceará, showing what relationship this piece of clothing has with the experience of blackness in the Brazilian context. The specific objectives are: a) to explore the consequences of colonialism and racism for the identity formation of these women; b) to trace the relationships between: power, identity and aesthetics from the perspective of black feminism; and c) to investigate the trajectory of identity elements of African origin present in clothing, especially the turban. **Keywords:** blackness; turbans; identity.

1 Introdução

O amplo (e não tão explorado) universo dos turbantes é uma temática que chega até mim durante a graduação em design de moda na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde defendi, em 2022, uma monografia intitulada “O uso do turbante como ferramenta de resgate identitário para estudantes negras do curso de Design - Moda na Universidade Federal do

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Ceará”, em uma empreitada não só de autodescoberta, mas principalmente de investigação das relações de raça e gênero no contexto brasileiro. A ideia da pesquisa surgiu pois, durante a graduação em um curso que as expressões culturais afro indígenas pareciam não ter tanto espaço ou importância, resolvi empreender em uma marca de moda afro, desenvolvendo, além de turbantes e acessórios em tecidos africanos, conteúdos digitais e oficinas prático-teóricas que visavam fortalecer a autoestima de mulheres negras e a construção de uma autoimagem positiva. Durante a pesquisa para a preparação de materiais, apesar de algumas polêmicas nos jornais envolvendo o uso de turbante e apropriação cultural, poucos eram os conteúdos científicos sobre seu significado para a cultura afro-brasileira e foi a partir desse déficit que resolvi me aprofundar nesse tema, trazendo uma contribuição científica para os estudos relacionados à identidade negra.

Importante ressaltar que a motivação para criação da marca e, conseqüentemente, para a pesquisa monográfica, adveio ao observar o lado da minha família paterna africana, parte de Guiné-Bissau e parte de Senegal, pois, apesar de o colonialismo ter sido um fenômeno global que impactou o mundo como um todo, trazendo prejuízos extremos a diversos países africanos, percebo que a construção identitária dos meus parentes se dá de uma forma diferente comparada ao contexto brasileiro, pois cresceram em um país onde a grande maioria das pessoas são negras retintas e só experienciam o racismo cotidiano ao migrarem para outros lugares do mundo. Além do mais, expressam conhecimento sobre toda a árvore genealógica familiar, sentem orgulho de suas origens, usam turbantes e roupas tradicionais de suas regiões em tecidos africanos com muita honra. Paralelo a isso, em segundo lugar, vem o fato de eu ser uma mulher negra nascida no Brasil, atravessada pelo racismo brasileiro, que demorou aproximadamente dezesseis anos para começar a criar uma identidade positiva de si, através da transição capilar, do uso de tranças e turbantes e, por fim, do letramento intelectual acerca da raça.

Segundo Grada Kilomba (2016) o racismo se apresenta de maneira estrutural, institucional e cotidiana, em uma linha de raciocínio convergente, Silvio Almeida (2021) também o classifica em três concepções: individual, institucional e estrutural. A partir dessas noções e conceitos da dinâmica racial, podemos evidenciar as marcas que o projeto colonial brasileiro deixou na formação identitária de um grupo historicamente oprimido (pessoas negras) em detrimento de outro (pessoas brancas) e uma dessas marcas, segundo Berth (2019), é a alienação a respeito da autoimagem.

Então, vislumbrando soluções para essa problemática racial e traçando uma linha de raciocínio que responda qual o papel do uso de turbantes para a formação identitária de

mulheres negras ativistas da cidade de Fortaleza, as referências teóricas da pesquisa, visam, primeiramente, visitar o passado para compreender o presente e construir o futuro², entendendo como houve a colonização, o processo de escravização, as políticas de embranquecimento e quais as consequências desses fatores para a formação identitária da população negra, fazendo um recorte no Ceará. Para isso, propõe-se um diálogo com os textos de Kabengele Munanga, Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento, Rosa Maria Barros Ribeiro e Alex Ratts. Em seguida, planejam investigar o movimento feminista negro e como as noções de poder e estética o perpassam, se apoiando no conceito de empoderamento da escritora Joice Berth, de autodefinição e autovalorização de Patricia Hill Collins, além de dialogar com escritoras como bell hooks e Grada Kilomba.

Diante dessas informações, o trabalho busca analisar a roupa como uma ferramenta identitária, evidenciando a trajetória dos turbantes no Brasil, tendo como ponto de partida o texto da professora Renata Pitombo Cidreira (2015) que considera a roupa como uma segunda pele ou extensão do próprio corpo, além de articular essas teorias com alguns dos resultados atingidos durante a experiência etnográfica e coleta de dados com as estudantes negras do curso de design de moda UFC, traçando um paralelo com a pesquisa ainda a ser desenvolvida sobre o uso do turbante entre as mulheres ativistas em Fortaleza, tema proposto para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia associado entre a UFC e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab).

Mesmo estando ancorada metodologicamente na disciplina antropológica, esse trabalho não só possui, como necessita de uma exploração interdisciplinar, bebendo da fonte de áreas como história, psicologia e sociologia para cumprir seus objetivos que são, de uma forma geral, fazer uma análise do turbante a partir do olhar de mulheres negras ativistas em Fortaleza, Ceará, mostrando qual relação essa peça do vestuário tem com a experiência da negritude no contexto brasileiro, objetivo esse que se desdobra em três objetivos específicos: em primeiro lugar, explorar quais as consequências do colonialismo e racismo para a formação identitária dessas mulheres; em segundo lugar, traçar as relações entre: poder, identidade e estética na ótica do feminismo negro; e, por último, investigar a trajetória de elementos identitários de origem africana presentes nas vestimentas, em especial o turbante.

Dessa forma, após a revisão teórica segundo Gil (2008), o próximo passo é realizar as explorações de campo, onde atuarei como observadora participante segundo May (2001), em

² É o que ensina o princípio filosófico africano denominado Sankofa, representado por um pássaro que vira a cabeça e mira a sua cauda. É a prática que intelectuais negros utilizam para embasar sua teoria, como por exemplo Abdias do Nascimento. (ROSA, 2011). <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/>. (Acesso em 15/07/2024).

locais que estejam relacionados ao ativismo feminino e negro, e selecionarei uma amostra não-probabilística de mulheres ativistas negras fortalezenses que usam turbante para, após o período de criação de relacionamento, realizar uma entrevista aberta presencial de método qualitativo que será gravada em voz, visando entender de forma profunda as experiências e vivências dessas mulheres, além de qual ou quais significados o turbante possui para elas. Como essa pesquisa para o mestrado ainda está em andamento e em fase inicial, utilizarei alguns dos relatos coletados a partir da narrativa de algumas estudantes negras do curso de design de moda da UFC para contribuir com esse trabalho, evidenciando o ativismo presente em seus discursos.

2 Diáspora africana e as consequências da escravização na formação identitária negra no Brasil e no Ceará

Para entender a hierarquia racial brasileira, bem como as dinâmicas identitárias da comunidade negra, é necessário, primeiro, analisar como aconteceu a interação histórica entre os habitantes do Brasil, do ponto de vista cultural, social e econômico, desde o período colonial até então e, principalmente, suas consequências. Entretanto, essa pesquisa não irá se ater aos detalhes deploráveis e sub humanos em que os africanos foram trazidos ao Brasil durante o período colonial, visto que a colonização, de acordo com Frantz Fanon (1979), é a violência em seu estado mais absoluto. Mesmo assim, alguns pontos importantes devem ser levados em consideração para os objetivos deste trabalho: o primeiro deles é o volume de africanos que desembarcaram em solo brasileiro, pois o país recebeu oito vezes mais africanos que portugueses, sendo o país que mais recebeu africanos escravizados no mundo (ALENCASTRO, 2013). Em segundo lugar: a escravização, dentro da lógica colonial, além de visar obter mão de obra, também tinha como fundamento – seja por meio de violências físicas, morais, psicológicas, sexuais ou simbólicas – arrancar a humanidade do povo dominado, não só animalizando-os, mas coisificando-os, transformando-os no mal absoluto e em uma ameaça aos valores. Inclusive, apropriando-se do discurso religioso cristão para efetivar a desumanização (FANON, 1979). E por último, nesse cenário de dominação violenta, todo e qualquer traço cultural e identitário – crenças religiosas, vestimentas, linguagens e até mesmo os nomes – vindo com essas pessoas do continente africano sofreu intensas tentativas de apagamento.

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga (2000), nesse cenário de diáspora africana, de colonização portuguesa e de povos indígenas que já habitavam a região, a miscigenação entre esses grupos foi bastante intensa, resultando em uma enorme população de mestiços no país e, em especial, resultando no que hoje é chamado de cultura

afro-brasileira. Contudo, apesar da grande diversidade de culturas e fenótipos presentes derivados da mistura, os seguintes três cenários corroboraram para o sentimento de necessidade da criação de uma única identidade étnico nacional definida pelas elites, foram eles: a independência do Brasil em 1822, gerando um sentimento de patriotismo no país; a abolição da escravatura em 1888 e a criação da República em 1889. Essa demanda de unificação nacional, ou seja, a criação de uma cultura nacional homogênea que define o que é “ser brasileiro” é “uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade” (HALL, 1992, p. 50). Nesse sentido, é importante entender que o conceito de modernidade é derivado da colonialidade, ou seja, a modernização proposta pelo lado ocidental do globo terrestre é um mecanismo criado para manter as estruturas de poder do projeto colonial³.

O processo de unificação da nação brasileira levou a criação de políticas de embranquecimento, ou seja, políticas públicas que incentivaram e financiaram a vinda de europeus para miscigenar a população e torná-la branca, apostando na superioridade da raça ariana, enquanto a população negra recém “liberta” da escravização sofria genocídio em massa ao serem submetidos à fome e à miséria. Após o século XIX, essa ideologia, ao ser refutada cientificamente, passou a significar, de acordo com a filósofa e psicóloga Iray Carone, “um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva” (CARONE, 2002, p. 17). Maria Aparecida Silva Bento, no mesmo livro organizado por Iray Carone, aponta que os impactos da ideologia do branqueamento são alarmantes e defende que “a militância negra tem destacado persistentemente as dificuldades de identificação racial como um elemento que denuncia uma baixa autoestima e dificulta a organização negra contra a discriminação racial” (BENTO, 2002, p. 54).

Abordando essa discussão na ótica cearense, há um fator particular que intensifica a dificuldade de organização do movimento negro que é a crença de que não há negros no território. Rosa Barros Ribeiro (2004) defende, assim como Ratts (2011), que um dos motivos para tal crença é a abolição pioneira da escravatura cearense, e além disso, a autora também coloca a crença de que o escravismo foi pouco intenso. Inclusive, essa questão aparece em campo quando uma das interlocutoras aponta que em uma das vezes que saiu de turbante na rua, as pessoas estavam questionando se ela era baiana, mesmo tendo nascido e se criado no

³ Essa discussão é pertinente no grupo Modernidade/Colonialidade e não é o foco do então trabalho, porém para mais informações ver: BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial.” In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

Ceará. Assim, a partir dessa invisibilidade das comunidades negras e a difusão desse pensamento, cria-se uma dificuldade em reconhecer e discutir a situação da população negra no Ceará. Diante disso, Ratts (2011) faz um levantamento da história de comunidades quilombolas no estado, destacando a importância do movimento negro cearense e, paralelamente, Ribeiro (2004) faz um estudo de cunho qualitativo acerca da questão identitária negra no Ceará apontando que antes de terem contato com o movimento negro no estado, as(os) interlocutoras(es) possuíam uma identidade negativa a respeito de si, porém a partir da conexão com o movimento, passaram a construir uma autoimagem positiva. Provando assim, a importância da existência desses grupos.

3 Estética e empoderamento: criação de uma autoimagem positiva para mulheres negras a partir do ativismo

No sexto capítulo do livro *Irmãs do Inhamé*, bell hooks (2023), ao discorrer sobre a beleza negra, desbrava as diversas estratégias que a comunidade negra desenvolveu ao longo dos anos para subverter a lógica do racismo, além de evidenciar o poder de resistência e ativismo pertencentes a essas comunidades que em muitas narrativas é negado, fazendo prevalecer uma história de passividade, sofrimento e ingenuidade. O *ativismo* nesse contexto corresponde ao sentido mais amplo da palavra, em que pessoas negras elaboram uma série de práticas em diversos contextos para transformar a realidade e educar as crianças negras livres do racismo internalizado – racismo esse que gera consequências graves desde a infância, pois o estresse tóxico que muitas crianças negras são expostas (principalmente no ambiente escolar, como provou a escritora Eliane Cavalleiro⁴ em sua obra) – pode causar a curto prazo baixa imunidade, problemas de sono, atrasos no aprendizado, além de problemas mais sérios a longo prazo como o desenvolvimento de doenças crônicas ou problemas de saúde mental como ansiedade e depressão⁵.

Um ótimo e eficiente ponto de vista sobre o *ativismo* de mulheres negras é o defendido pela autora estadunidense Patricia Hill Collins (2016) em que ser ativista ultrapassa os limites da participação política ou acadêmica e se encontra a partir da capacidade dessas mulheres de se auto definirem e se auto avaliarem, ou seja, no momento que negam as “imagens de controle” ou “imagens controladoras” criadas tanto pela branquitude quanto pelo patriarcado, já se encontram em uma posição de ativismo, pois se

⁴ CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do Silêncio Do Lar Ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito E Discriminação Na Educação Infantil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

⁵ Estudos feitos pelo Center on Developing Child da Universidade de Harvard: <https://developingchild.harvard.edu/> (Acesso em 01/07/2024).

contrapõem aos padrões de beleza e feminilidade historicamente impostos pelas estruturas de poder.

Pessoas que se veem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam ativistas, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem a subjetividade às mulheres negras, as feministas negras lhe devolvem também o ativismo (COLLINS, 2016, p. 114).

Essas imagens estereotipadas de mulheres negras veiculadas em diversos meios de comunicação têm por objetivo controlar comportamentos ativistas exercidos que desafiam as estruturas de poder e os sistemas de dominação estrategicamente arquitetados para desumanizar pessoas negras (COLLINS, 2016). Nesse sentido, é interessante fazer um paralelo com a contextualização histórica que bell hooks faz com o período pré e pós advento da televisão. Segundo a autora, apesar das grandes dificuldades que existiam no seio das comunidades negras que viviam isoladas das comunidades brancas, as estratégias de autodefinição pareciam mais eficazes antes da popularização do aparelho televisor, pois antes mesmo de haver a integração racial entre os grupos “a televisão levava para o interior dos lares das pessoas negras a mensagem de que nós éramos inferiores, uma raça condenada a servir e a morrer para que as pessoas brancas pudessem viver bem” (HOOKS, 2023, p. 121). Ou seja, essas imagens eram responsáveis por internalizar o racismo.

Com os avanços tecnológicos é evidente que o uso de telas aumentou exponencialmente nos dias de hoje, principalmente com uso de redes sociais que também veiculam inúmeras imagens controladoras e acabam tendo ainda mais impacto que a televisão, já que por serem portáteis, os aparelhos celulares acabam virando uma espécie de extensão do próprio corpo. Apesar de o texto original de bell hooks ter sido publicado em 2015, a autora já afirmava que “agora, o racismo internalizado parece ter uma maior influência na psique das pessoas negras do que em qualquer outro momento da história” (HOOKS, 2023, p. 122). Quase dez anos depois, o acesso às telas é ainda maior e tende a aumentar, já que em 2016 o percentual de brasileiros com acesso à internet era de 66,1% e em 2022 passou a ser de 87,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶. Vale ressaltar que para essa coleta de dados foram consideradas apenas pessoas a partir dos dez anos de idade, porém faz parte do cotidiano brasileiro encontrar crianças que a partir dos dois anos já possuem acesso aos aparelhos e já sabem até utilizar determinadas funções de forma independente.

⁶ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia e Comunicação (Pnad) realizada em 2022 pelo IBGE. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em 02/07/2024.

A intenção aqui não é desaprovar o uso da internet, muito pelo contrário, pois a sua democratização é importante em diversos aspectos sociais, porém é importante a adoção de uma postura crítica sobre os impactos que ela pode causar na construção identitária de pessoas negras e, em especial, mulheres negras que são, no mínimo, duplamente oprimidas, tanto por serem negras, quanto por serem mulheres. Então, é importante que a comunidade negra possa, cada vez mais, apropriar-se dessa tecnologia para criar e difundir imagens de autodefinição e auto valorização. Andando lado a lado dessa perspectiva, a escritora Joice Berth traz o conceito de “empoderamento”, um neologismo bastante presente nas discussões acerca da igualdade racial e de gênero, reivindicado, principalmente, pela ótica do feminismo negro e está relacionado às mudanças no sistema social, pois confere poder às mãos de um grupo historicamente subalternizado, numa perspectiva emancipatória, gerando autoafirmação de si mesma, de sua história, sua cultura ancestral e por fim o reconhecimento político e social do que implica existir como mulher negra no Brasil (BERTH, 2020). Apesar de o empoderamento acontecer em diversas esferas da existência de pessoas negras, para essa pesquisa, vamos na questão estética. bell hook aponta:

Com certeza, sair para trabalhar em um mundo branco que sempre foi ameaçado por pessoas negras que se mostram descolonizadas tem tido um grande impacto naquilo que nós, mulheres negras, escolhemos fazer com o nosso cabelo. Hoje em dia, mais mulheres negras estão afirmando seu direito de escolher penteados naturais (tranças, cachos, torções etc.). Suas escolhas permitem que todas as mulheres negras considerem usar o cabelo natural (HOOKS, 2023, p. 127)

4 A roupa como um marcador de negritude: o caso dos turbantes

O sentido de roupa aqui empregado é o mesmo de indumentária e veste, ou seja, peças que não necessariamente estão atreladas ao fenômeno passageiro da moda, mas se apresentam como uma forma de existência em meio à sociedade, uma maneira de ser que tem a capacidade de revelar modos de vida do ponto de vista histórico, social, cultural e identitário, além de conflitos sociais e senso de pertencimento, bem como defende a escritora Renata Pitombo Cidreira (2015) em seu livro “As Vestes da Boa Morte”, em que ela faz uma análise do simbolismo das roupas utilizadas na confraria ou irmandade religiosa afro católica “Nossa Senhora da Boa Morte”, no município de Cachoeira no recôncavo baiano. Segundo a autora:

Nossas roupas revelam muito mais do que somos e do que aparentamos ser. Exercem sobre nós um fetiche, recriam a memória, a ausência, a solidão, presentificam o afeto, podem ser distintivos de classe, como também marcos de resistência e consciência sócio-histórica, de apropriação simbólica (CIDREIRA 2015, p.42).

Assim como hoje, na época colonial brasileira, o vestuário também era uma ferramenta de distinção social e as roupas destinadas aos escravizados tinham a finalidade de cobrir o corpo, além de conferir características europeias para os povos africanos, anulando a possibilidade da distinção identitária cultural de suas verdadeiras origens (NEGREIROS, 2017). Porém, apesar de leis que controlavam o vestuário das classes sociais nesse período, ao analisar a permanência simbólica dos trajes de crioula, trajes da beca e trajes típicos de religiões de matriz africana tanto no século XIX, quanto atualmente, podemos destacar a marca de resistência neles conferida, pois é notável a conservação da cultura por meio da vestimenta, mesmo em um contexto que socialmente e culturalmente não favorecia essa conservação.

A comunicação feita através do traje é possível por conta dos símbolos que passam a assumir dentro de seu meio social, essa comunicação, para além do fator estético, também carrega “história, valores, memória e, em certo sentido, a dor” (CIDREIRA, 2015, p. 45). Tendo isso em vista, é importante entender como essa comunicação simbólica existe dentro do marcador identitário racial da comunidade negra. Pois, atrelando os sentidos de história, memória e dor ao contexto histórico brasileiro escravista e que operou através de políticas de embranquecimento, a roupa afirmada por essa comunidade e o que ela comunica é capaz de se tornar um legado. Cidreira conclui que: “Os corpos vêm e vão, as roupas que receberam esses corpos sobrevivem” (CIDREIRA, 2015, p. 46). Em um sentido mais amplo do que uma peça específica que sobreviveu a gerações de uma família, é interessante interpretar a sobrevivência dessas roupas como a sobrevivência de um elemento cultural imaterial ao longo do tempo. Nesse caso, o que permeia no estudo em questão é a herança simbólica que o turbante assume como elemento do vestuário para aqueles que se identificam com determinado grupo. Sobre a relação entre patrimônio cultural material e imaterial William (2019) coloca:

Começamos pela relação entre cultural material e imaterial, ou seja, de que modo bens tangíveis, como instrumentos, artefatos e outras criações humanas dialogam com elementos intangíveis, como crenças, costumes, saberes, habilidades, regras ou tradições. Ao considerar que a cultura imaterial inclui o próprio comportamento, tanto objetivo quanto subjetivo, percebe-se que na maioria das vezes, se agrega perfeitamente à cultura material (WILLIAM, 2019, p. 29).

Dentro do contexto histórico da vestimenta para a população negra, entende-se que a construção identitária positiva no período atual, está relacionada, não só ao mantimento, mas como também ao resgate de elementos que remetem à ancestralidade afro. Isso é o que defende Césaire (1987), ao sugerir o rompimento com o padrão eurocêntrico e a reconexão

com a cultura africana para o autorreconhecimento através da ótica da negritude. No caso, o elemento escolhido para ser analisado como ferramenta do vestuário para o encontro da pessoa negra com sua negritude foi o turbante, então faz-se necessário investigar o uso que ele assume ao longo do tempo.

Considerando-o como um elemento do vestuário que chegou ao Brasil por volta do século XIX, através dos negros de origem islâmica, conhecidos como Malês, Cidreira (2015, p. 23), explica que “o turbante afro-brasileiro tem sua origem no afro-islâmico e sua primeira função é a proteção do sol. A cor branca é predominante. No candomblé, o turbante destaca a hierarquia ou divindade, dependendo da forma como é amarrado à cabeça”. Então, em seguida, o turbante passou a ser utilizado por praticantes de religiões de matriz africana, nesse momento tratava-se de um item religioso com bastante significado. Assim, o turbante acabou sendo um elemento fortemente relacionado, tanto à escravização, quanto às culturas e religiões afro-brasileiras (SANTOS, SANTANA E SILVA, 2017).

Para os movimentos de militância negra mais recentes atrelados à busca pelo empoderamento, entende-se que, para pessoas negras, em especial mulheres negras, a ressignificação do uso do turbante e até mesmo do cabelo natural (crespo ou cacheado) é uma ferramenta de afirmação política, pois para que esse poder seja efetivamente assumido, dentre outras demandas, é necessário a auto valorização de aspectos culturais e estéticos herdados pela ancestralidade, criando uma nova percepção de si e do mundo e descobrindo formas poderosas para atuar em benefício de si e da coletividade (BERTH, 2020). Nesse mesmo sentido, Renata Pitombo reitera que o turbante dentro do vestuário afro-brasileiro exerce o “marco de resistência e consciência histórica, de apropriação simbólica” (CIDREIRA, 2015, p. 42). Essa função defendida pela autora apresenta-se de forma bastante nítida nos relatos das cinco estudantes negras do design de moda entrevistadas no ano de 2019 para a pesquisa monográfica ao responderem qual o significado dessa peça para elas:

O turbante é para mim um símbolo de identidade no qual eu me identifico, me enxergo, eu me reconheço no turbante. E para mim é um símbolo mesmo que eu me aproprio porque eu me enxergo nessa identidade, identidade negra. Só que é algo, como eu falei na outra resposta, que eu ainda estou me apropriando, mas eu acho que eu vou mergulhar ainda em um universo muito maior, muito mais profundo nos turbantes e descobrir mais e quem sabe, inspirar outras mulheres a usarem e se sentirem tão bem quanto eu, quando eu uso (Loriz, entrevistada em 23 de outubro de 2019)

O turbante, para mim, significa acolher as minhas raízes, mostrar de onde você veio e porque você ‘tá’ ali. Não é isso que expressa quem você é, claro, mas é uma das ferramentas, como eu disse antes, tipo de falar: olha eu ‘tô’ aqui e você vão me ouvir e eu vim representar quem eu sou e de onde eu vim, então acho que é uma das formas, assim como também as argolas, que acho que representa muito isso e em síntese é isso. (Brenda, entrevistada em 30 de outubro de 2019).

É mais uma construção de ser eu, sabe? Tipo, é como eu me reconheço através de um símbolo, porque, sei lá, ele veio de muitas gerações, muita gente o usou como modo de luta mesmo e hoje em dia ele 'tá' mais atrelado à estética, só que quando eu estou de turbante eu me sinto mais forte assim. Eu me sinto ligada à negritude e tal. (Liamê, entrevistada em 30 de outubro de 2019).

Tipo, é... quando eu coloquei a primeira vez eu lembrei muito da minha ancestralidade africana, né? Porque como eu vim de um quilombo, então tem muito a ver com isso, geralmente na nossa semana da consciência negra, todas as negras estão de turbante e tal, a gente celebra e tudo, então eu achei que tipo assim, realmente representei. E gostei, não foi só uma coisa que eu usei só para dizer "ah, eu vou usar porque quero sair diferente", é porque realmente aquilo fez eu me sentir melhor naquele dia, me deu um "up" tanto no visual, quanto na autoestima. (Lya, entrevistada em 30 de outubro de 2019).

Significa resistência, o turbante como demarcador da cultura da minha etnia. Significa adorno, enfeite, embelezamento, usar na minha cabeça, cores, temas, texturas. Significa proteção para a minha mente. Significa proteção do meu crespo, contra os raios solares flamejantes de Fortaleza. (Letícia, entrevistada em 30 de outubro de 2019).

Apesar das respostas serem formuladas de formas diversas, a partir do universo individual de cada interlocutora, fica evidente alguns pontos de conexão entre as narrativas no que diz respeito: a conexão ancestral, símbolo identitário e resistência. Percebe-se na fala de Loriz que ela ainda está se apropriando do turbante, ao mesmo tempo que ela se apropria de sua identidade negra. Na pergunta anterior, Brenda afirma que, para ela, o turbante é o auge da identidade negra feminina. Liamê diz que é uma forma de se sentir ligada à negritude, como visto anteriormente, negritude é uma forma de consciência positiva da identidade negra e Letícia afirma que é um demarcador de sua cultura e etnia. Ou seja, esses relatos reiteram o uso do turbante como uma ferramenta identitária associada à comunidade negra.

Brenda, Liamê e Lya, trazem em seus relatos o fator da ancestralidade. Brenda diz que para ela o turbante "significa acolher as minhas raízes, mostrar de onde você veio e porque você 'tá' ali" (Brenda, entrevistada em 30 de outubro de 2019). Liamê reitera o fato de que esse elemento veio de várias gerações e Lya compartilha o fato de que por ter origens quilombolas, usar turbante remete à sua ancestralidade africana. Fica evidente, a partir desses relatos, como a simbologia da roupa pode expressar uma cultura, perpassando gerações. O turbante para as entrevistadas, carrega uma memória, uma história e valores de seus antepassados.

Considerações finais

Escrever sobre a formação identitária de pessoas negras em um país com uma história escravocrata tão recente sempre é um grande desafio. Uma vez que, como Grada Kilomba

fala, aqui eu não sou descrita e sim, eu que me descrevo. Então investigar e adentrar questões pelas quais eu sou diretamente atravessada é a melhor parte, mas também a pior parte da dessa pesquisa realizada inicialmente na graduação e que vai exigir um exercício ainda maior de auto reflexividade sobre o tema na pós-graduação. Fazer esse estudo através da ótica do vestuário tornou esse feito possível, pois podemos fazer várias descobertas sobre o comportamento humano através da forma de se vestir e de se adornar. Além disso, a cultura é inerente ao processo de formação identitária e tendo o vestuário como um símbolo cultural, são ricas as contribuições feitas por essa área de estudo, fazendo-se necessário construir uma teoria da moda que converse com a antropologia e vice-versa.

Por fim, acredito que é importante reiterar que, como aponta bell hooks, as estratégias de sobrevivência e de resistência ao racismo sempre existiram e foram herdadas ancestralmente. Uma delas é criar novas imagens agradáveis da negritude, imagens que fazem jus à quem nós, mulheres negras, queremos ser. É bastante significativo que essas imagens sejam veiculadas em todos os âmbitos, inclusive no acadêmico.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. 4. ed. rev. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Miami, 1987. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. v. 3.
- CIDREIRA, Renata Pitombo (2015). **As Vestes da Boa Morte**. Cruz das Almas, BA. Editora UFRN. 1º edição.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade & Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- FANON, Frantz. “Da violência”. In: **Os Condenados da Terra**. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 23-74.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002
- HALL, Stuart (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. 1. ed. rev. e atual. [S. l.]: Cobogó, 2019.

- MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos.** 2001. Porto Alegre, Artemed.
- MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagens e experiências interculturais no Brasil. In: A globalização societal e o espaço lusófono: mitideologias, realidades e potencialidades** [S.l: s.n] 2000
- NEGREIROS, Hanayrá. **O AXÉ NAS ROUPAS: indumentária e memórias negras no candomblé de Angola no Redená.** Orientador: Professor Doutor Énio José da Costa Brito. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.
- RATTS, Alex. **O Negro no Ceará (ou o Ceará negro).** Separata de: ARTEFATOS da cultura negra no Ceará. [S. l.: s. n.], 2011. cap. 1, p. 19-40.
- RIBEIRO, Rosa Barros. **Noções sobre identidades étnicas: A imagem do outro na concepção da auto-imagem.** In: BARROS, Fátima Vasconcelos Rosa et al. **Diversidade Cultural e Desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo.** Fortaleza: Editora UFC, 2004.
- SANTOS, D. de L.; SANTANA, R. B. de J.; DA SILVA, R. de L. **O Turbante como Representatividade da Identificação Negra.** RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 121–128, 2017.
- WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural.** São Paulo: Pólen, 2019.